

PENSATAS

LIDERANÇA POLÍTICA NO BRASIL: PROCESSO E DIAGNÓSTICO DE UMA CRISE (AUSÊNCIA DE LIDERANÇA POLÍTICA, A VERDADEIRA CRISE BRASILEIRA)

Carlos Melo¹

1- Instituto de Ensino e Pesquisa INSPER

RESUMO

Assume-se que a “liderança política” (LP) consiste na capacidade do indivíduo colocar-se à frente de processos políticos, conduzindo-os e fazendo-se seguir. As características da LP residem na percepção do momento histórico, na consciência das circunstâncias, na perspicácia de ação; em habilidades de relacionamento e comunicação. Por fim, na efetivação de transformações políticas, econômicas e ou sociais. É importante construir em bases mais sólidas e aperfeiçoar este conceito. Políticos com estas características estão em falta no mundo inteiro e sua ausência se sente no Brasil de um modo particular: os dois últimos casos de suposta LP brasileira são os de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). O artigo propõe apresentar e discutir este quadro, refletir por meio de qual processo se chegou a ele. Analisa-se o caso de Dilma Rousseff (2011-2016).

Palavras Chave: Liderança Política, Ciência política, Contexto Brasileiro

ABSTRACT

It is assumed that the "political leadership" (PL) is the ability of the individual to place themselves in front of political processes, leading them and pretending to follow by other individuals. The PL features are the perception of the historical moment in which we live, the high awareness of circumstances, the insight and relationship skills that lead to the persuasion of a broad group, and, finally, implementation of political, economic and social transformations. However, it is still required and will be very important to build on more solid bases and refine this concept. In general, politicians with these features are missing in the whole world and their absence is sensed in Brazil in a particular way. The last two cases of alleged Brazilian PL are those of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), not existing in the national scenario individuals whose PL features can be understood as consolidated. It is proposed in this article to present and discuss this framework, in addition to reflect through what process he was reached

Keywords: Political Leadership, Political Science, Brazilian Context

Submetido em 20 de julho de 2017.

Aprovado em 15 de Agosto de 2017.

Sistema de avaliação double blind review

INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que o Brasil passa por uma das maiores crises de sua história; certamente, a maior crise desde a redemocratização do país, em 1985, passando pelo processo que levou ao impeachment, em 1992, e que trouxe a novo impeachment, em 2016. O quadro presente é mais complexo do que as crises porque passaram os presidentes José Sarney (1995-1990) e Fernando Collor de Mello (1990-1992). Apenas a título de uma breve introdução, deve-se alertar que, entre 1986 e 1992, o Brasil era outro: uma economia menor, menos aberta e muito mais simples quanto às suas conexões com o mundo, a economia internacional e o capital financeiro. Também uma sociedade menos fragmentada, informada e possivelmente crítica.

Quanto ao sistema político, embora anacrônico diante dessa economia e sociedade, sob vários outros aspectos, as diferenças não são menores: a quantidade de partidos políticos com representação no Congresso Nacional, entre 1985-1992, era bem menor – 11 partidos, em 1986; 19, em 1990; contra 28, em 2014, ano da última eleição. O número efetivo de partidos e a fragmentação partidária também aumentaram consistente e

consideravelmente ao longo do período (1985-2014). Não apenas em virtude disto, a articulação política no Legislativo ficou muito mais trabalhosa, assim como o controle do Executivo sob a agenda do Congresso tornou-se mais custoso.

Além disso, entre 1986-1992, o espírito político do país era outro: ainda ardia a recordação dos efeitos nocivos do regime autoritário militar (1964-1985), assim como o frescor da nascente democracia embalava um sentimento positivo e esperançoso quanto à evolução política do Brasil. Em 2015, essa lembrança desvaneceu e, embora minoritários, ressurgiram grupos simpáticos à intervenção militar e/ou a alternativas autoritárias. Houve, também, uma incrível crise de representação política em quase todo o planeta, que se expressou em diversas manifestações de ruas que ocorrem no país, pelo menos, desde junho de 2013. As condições e o clima político são muito piores; crenças e valores mudaram, com efeito. A identidade e a relação dos indivíduos com a política perdeu vigor e mesmo esperança; a atividade política tornou-se das mais mal vistas e permeada de preconceitos. A nação ficou muito mais polarizada na expressão e conflitos entre dois grandes partidos capazes de hegemonizar blocos de outros partidos dependentes, o Partido dos Trabalhadores

(PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Há também, hoje, mecanismos de organização política que, entre 1986-1992, não existiam, como, por exemplo, o instituto da reeleição para o Poder Executivo, mais objetivamente, para presidente da República. Esse instrumento – ainda que pouco testado, em comparação com democracias desenvolvidas que o adotaram –, não existia nos tempos do governo de José Sarney e do impeachment de Fernando Collor. Os presidentes, de então, não se desgastaram ao longo de tempo – pelo menos não por esse motivo.

À diferença de Sarney ou Collor, a presidente Dilma Rousseff, por exemplo, cumpriu seu segundo mandato – interrompido pelo impeachment – que, deve ser compreendido como o quarto mandato consecutivo de seu partido, o PT. A longevidade no poder se fez sentir: com muito mais rigor, a efetividade de seu governo foi questionada, após um primeiro período controverso (2011-2014), de poucas realizações em várias áreas e reconhecidos retrocessos econômicos; tendo passado, em 2014, por um processo eleitoral de muita pressão e conflitos políticos.

Isto tudo, como se afirmou acima, faz com que já se possa cogitar que a atual crise é mais profunda e grave do que em momentos anteriores: muitas condições em torno de Dilma e de seu partido (PT) foram mais dificultadas que no passado, ainda que o quadro econômico, em 2014 e 2015, fosse muito melhor do que a situação vivida entre 1986-1992, quando, por exemplo, a inflação teve picos de extraordinários 89%, ao mês.

De tal modo que quem leu sites, jornais e blogs da imprensa brasileira, ao longo do período de 2013-2017, se deparou com uma conjuntura de profundo conflito político e muita instabilidade; palavras como “impugnação”, “impeachment” e até mesmo “golpe” foram sendo repetidas com constrangedora frequência e, até, naturalidade.

O fato é que o mandato da presidente Dilma Rousseff, conquistado em 2014, rapidamente definhou e não foi com surpresa que não chegou ao término previsto, em dezembro de 2018. O analista poderá focar sua atenção e desenvolver seu raciocínio quase que exclusivamente em questões estruturais, no desgaste dos materiais, na crise econômica. Mas, à parte da piora dos índices naturalmente quantitativos da democracia brasileira e das mudanças institucionais ao longo do tempo,

o que mais nos chama atenção nesta abordagem - histórica e qualitativa – reside na queda da qualidade e da efetividade da liderança política nacional.

Para que se tenha ideia das diferenças nesse sentido entre os dois períodos (1986-1992 e a crise que levou ao impeachment de Dilma), basta mencionar alguns importantes personagens do passado – protagonistas em muitos momentos, experientes e testados ao longo da história política do país – que desapareceram do cenário político e não foram substituídos à altura. Compará-los com supostas lideranças nacionais do período mais recente parece fundamental não apenas como método - para a constatação óbvia de que o tempo passou – , mas para que se tome consciência do declínio da qualidade da atuação política.

Este trabalho -- um esforço ainda preliminar e ainda em elaboração -- buscará, antes de tudo, 1) definir alguns postulados da liderança política, na tentativa de contribuir para a construção de um conceito básico que dê conta deste fenômeno chamado Liderança Política, mesmo que minimamente; 2) defender a hipótese de que a experiência e a qualidade da ação política dos principais atores dos Poderes Executivo e Legislativo, do presente, são declinantes, na comparação com o passado;

3) estudará o caso específico da presidente Dilma Rousseff – suas características políticas e pessoais, dificuldades em lidar com o cotidiano da política, a natureza e a composição de seu governo, os erros de operação que cometeu; buscará demonstrar que o fenômeno, a queda da qualidade da liderança política, não se resume à Dilma, mas a diversos setores da política nacional; no campo do que foi entendido como base aliada de seu governo (o PT, inclusive) e na oposição – incluindo segmentos da oposição social que foram às ruas logo após a vitória de 2014. Por fim, 4) buscará causas (algumas) que expliquem, para além de Dilma, a crise de liderança no país.

POR UM CONCEITO DE LIDERANÇA POLÍTICA

A tarefa mais urgente para quem se dedica à compreensão da política no Brasil e, em especial, à pesquisa a respeito da Liderança Política é a de delimitar seu campo e conceituá-la em alguns parâmetros mínimos. Liderança é uma palavra gasta, tão popular quanto imprecisa (MELO, 2012); há uma vasta literatura ao seu redor, no âmbito da gestão e da administração de empresas. Mitos empresariais, que fizeram fortuna e conquistaram respeito nos negócios, de fato expressam um modo de liderança; deixaram como legado certos parâmetros de conduta

e até uma técnica no lidar com desafios e no trato com subordinados. São respeitáveis, mas não podem pautar a Liderança Política, onde a complexidade e dramaticidade das decisões – e suas consequências – são na maioria das vezes infinitamente maiores.

De todo modo, o fato é que nas, ciências humanas, no entanto, não se produziu com tanta fartura e frequência; o conceito é impreciso. Há abordagens mais ou menos clássicas, as virtudes políticas, discutidas por Aristóteles, o agir do príncipe, em Maquiavel; os tipos de dominação legítima, de Max Weber, o poder e liderança, em Kaplan e Lasswell. Mas, nada parece realmente sistematizado no sentido de perseguir a definição de conceitos específicos vinculados à ação política.

O fato é que a Liderança Política, em ciências sociais, reside antes de tudo na prática daqueles que a história consagrou como grandes líderes, pelos desafios que venceram, pelos feitos que os marcaram, pelo legado político e ou institucional que deixaram. Biografias são, desse modo e normalmente, o meio mais comum para expressar e colher aspectos de Liderança Política, do que tem sido uma literatura mais, digamos assim, teórica. De tal forma que ao nos remetermos à Liderança Política logo nos conectamos ao caso de algum ator

concreto e histórico: “a liderança política de Péricles”, “a liderança política de Alexandre”, “a liderança política de César”, “a liderança política de Napoleão Bonaparte”, “a liderança política de George Washington”, “a liderança política de Abraham Lincoln”, “a liderança política de Franklin Roosevelt”, “a liderança política de Josef Stálin”, “a liderança política de Winston Churchill”, “a liderança política de Charles De Gaule”, “a liderança política de Adolf Hitler”; “a liderança política de Simon Bolívar”, “a liderança política de Getúlio Vargas”, “a liderança política de Juan Domingo Perón”; “a liderança política de John Kennedy”, “a liderança política de Ronald Reagan”, “a liderança política de Margareth Thatcher”, “a liderança política de Mikhail Gorbachev” e tantos outros. A lista é exaustiva e continuaria.

Todos os casos listados acima remontam a personagens capazes de, para o bem ou para o mal, 1) responder às circunstâncias em que viveram; 2) persuadir pessoas; 3) conduzir processos políticos; 4) promover transformações. Foram marcantes como personalidades autênticas e originais, pela habilidade de perceber e agir em momentos históricos em que viviam; sob conjunturas bastante peculiares, foram sagazes, jogando jogos estratégicos contra adversários igualmente sagazes e perspicazes. Pela

enorme capacidade em se comunicar em convencer, conduziram aglomerados humanos ao longo períodos históricos de seus países ou do mundo em que viviam. De algum modo, esses líderes representam uma espécie de “herói” – ou anti-herói -, não por deter super poderes, mas pela excepcionalidade de sua ação e de seu legado.

Nesse sentido, frise-se a palavra “excepcionalidade”; o líder não é comum, o líder é raridade marcante.

De alguns personagens, no entanto, estudam-se as biografias e as carreiras; não exatamente excepcionalidade da ação ou importância do legado (pequenos e irrelevantes) que deixaram, mas, sobretudo, pelos espaços que vieram a ocupar na história. São tipos curiosos, interessantes cientificamente falando, mas seriam excepcionais? Personagens como Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello, por exemplo, retratam muito mais estilos políticos e pessoais do que exatamente legados, ainda que, sim, expressem ao seu modo alguma excepcionalidade quando comparados à massa dos políticos de seu tempo; não pelo sucesso, mas pela personalidade peculiar e exemplo negativo são estudados. Aliás, nesse sentido, o legado que deixaram seria de aprendizado.

Possivelmente, os chamemos de “lideranças” antes pelo vazio conceitual que persiste nesse campo do que pelo merecido lugar de destaque e pela excepcionalidade que representaram no momento mais do ao longo da história. São, talvez, mais o resultado das circunstâncias do que de habilidades políticas excepcionais. O provável indivíduo qualquer – L ‘Uomo Qualunque –, de pouco preparo e nenhuma visão que, ao reagir, sob as mesmas circunstâncias, também chegasse ao mesmo ponto; assemelhado a George W. Bush, em seus dois mandatos na Casa Branca. Mas, é pouco provável que qualquer sujeito se comportasse à maneira de Abraham Lincoln, por ocasião da Guerra de Secessão norte-americana. São se trata apenas de tempos diferentes, mas de atores diferentes e, mais que isso, diferenciados.

Há confusão, portanto, quando se recorre ao termo Liderança Política e não é intenção deste trabalho resolvê-la, se não apontá-la. Mas, fica o registro que nem a todos os personagens que ocuparam espaço na história e demarcaram seu nome é possível chamá-los de “liderança política”. Muito mais que a fortuna, a virtú é necessária.

Em sua Ética a Nicômaco, Aristóteles buscou desenvolver um campo de virtudes (qualidades) que, ao nosso ver, seriam as

mais básicas e naturais características do líder.

“Dado que a felicidade é certa virtude da alma segundo a perfeita virtude, deve-se investigar a virtude, pois assim, presumivelmente, teremos também uma melhor visão da felicidade. (...) a virtude é dividida, umas são intelectuais e outras morais: sabedoria, perspicácia e prudência são intelectuais, ao passo que generosidade e temperança são morais” (ARISTÓTELES, 2008: 38 e 40).

Pelo registro de Aristóteles, nem todos os personagens que encontramos na política podem ser chamados de líderes, pois a sabedoria, a perspicácia e a prudência, virtudes intelectuais ressaltadas pelo grego, são elementos raramente encontrados no geral dos políticos, pelo menos em níveis que possam ser reconhecidos e assim qualificados. Note-se que nem se trata aqui de exigir também as virtudes morais de que nos fala o preceptor de Alexandre - como a generosidade e a temperança, sentido de justiça -, o que tornaria o conceito moral e bastante restritivo; ainda mais.

Busca-se apenas encontrar nos chamados “líderes políticos” qualidades básicas na excepcionalidade de suas ações e que os diferenciem da maioria de seus contemporâneos, transportando-os a lugar distinto na história. Parece-nos um erro de lógica e método qualificar qualquer político

como “Liderança Política” quando não possuem tais virtudes ou quando são, pela ação do marketing político moderno, forjadas em programas de televisão e em material de promoção eleitoral — sucesso eleitoral não implica em Liderança Política. Em trabalho anterior, assinalamos que

“Virtudes ou são escolhas deliberadas ou não o são (sem escolha deliberada); virtude é a possibilidade de domínio e controle das emoções. Logo, virtudes são disposições pessoais. A falta de escolha não é virtude; a virtude consiste exatamente em escolher. O líder escolhe; não haveria “líder contingencial”, aquele que age em razão das contingências que decidem somente por aquilo que se lhe configura como inevitável. Não ter uma escolha não é escolha. Não se compreende a predestinação ou a sorte como acaso; mas a sorte como fortuna, como resultado das ações dos homens”. (MELO, 2012: 23)

A “escolha deliberada” dessas virtudes parece elemento em falta no cenário político atual, no Brasil e no mundo. A poucos indivíduos dedicados à atividade política elas poderiam ser atribuídas, sabedoria, perspicácia prudência são logicamente escassas no ambiente nacional e internacional. Todavia, Aristóteles coloca a questão em termos mais objetivos, dando, no nosso entendimento, os primeiros contornos na construção de conceitos concretos de Liderança Política. Mediedade e Disposição seriam, entre outros pontos, os

mais importantes a destacar, neste momento:

“Diz, então, o grego Aristóteles que a ‘mediedade’ é a ‘qüidade’ da virtude. (...) a exata medida entre a falta e o excesso, sendo essa característica a essência, a totalidade da virtude (qüidade). ‘Meio termo da coisa é o que dista igualmente dos extremos, que justamente é o um único (...) O que não excede nem falta’ (ARISTÓTELES, 2008). Não existe, assim, nada ‘demasiadamente centrado’, existe apenas o centro; ou está no centro ou não está – sem conciliação” (MELO, 2012:24).

Em tempos de excessos, quer seja no governo quanto na oposição do país, o que dizer de “mediedade” senão que se trata de uma matéria escassa? Até mesmo personagens experientes como Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva – talvez os dois últimos presidentes da República a quem poderíamos, ao tempo de seus governos, chamar de líderes –, em anos mais recentes, concluídos seus mandatos, ambos têm faltado com o necessário comedimento que a “mediedade” exige. Atualmente, poucos, raros, a conseguem. Não raro, em observações, críticas e ataques “passam do ponto”, esquecem a prudência, vão além de limites e atropelam a “equidade”.

“Assim, esse centro, essa ‘mediedade’ é a justa medida; o meio termo ente o excesso e a falta; o alvo da decisão e a

exemplaridade do líder estarão aí. O oposto de covardia não é coragem; é temeridade. A coragem é a justa medida entre a covardia e a temeridade. Não se trata de questão aritmética, é antes uma virtude. Habilidade essencial, a compreensão das circunstâncias e a decisão, a melhor decisão: nem o menos, nem o mais; o adequado. (...) as ações podem, naturalmente, ser corrompidas pela falta e pelo excesso, assim como a saúde com exercícios físicos e alimentação. A temperança, a coragem e outras virtudes encontram-se no “ponto certo”, e esse ponto é definido pela ação, pelas circunstâncias; observável pelos resultados. É fácil desviar-se do alvo, o difícil é acertar o ponto. E o ponto certo, não está necessariamente no meio. Descobrir o “ponto” não é algo prosaico, requer virtude, a virtude da “mediedade”; a virtude da liderança” (MELO, 2012: 24)

Considerando os termos acima, o que então dizer da ação da ex-presidente Dilma Rousseff ou de seu antagonista, o senador Aécio Neves (PSDB), derrotado por Dilma na última eleição (2014)? A essencial habilidade de “acertar o ponto” que não está “no meio”, mas em uma apurada percepção política - na compreensão dos limites da realidade, no cuidado com os efeitos da ação, no longo do tempo; na capacidade de se desvencilhar das amarras da ideologia, em nome do pragmatismo de resultados vinculados a interesses mais gerais e não apenas de grupos. Enfim, um sentimento (feeling) norteado numa “ética da responsabilidade”, em prejuízo de

paixões avassaladoras da “ética das convicções” (WEBER, 2008). Isto tudo é virtude particular: uns a possuem, outros não. Atualmente, poucos, raros, a consegue expressar. Excessos retóricos são o mais comum; a agressividade falsamente estratégica e, ao final, desastrosa -, tem sido a principal prática da atualidade política, no país.

Difícil acertar, muito fácil errar. Para Aristóteles, só a vileza e a inveja não admitem “mediedade”.

Outro aspecto importante consiste no que o grego chamou de “Disposição”: trata-se da qualidade de estar pronto - com o perdão da redundância -, disposto à ação. Liderança é também um estado de prontidão para a liderança. Negação à paralisia, ao sono e ao conforto dos fatos, ao comodismo. A permanente busca de superação, baseada na percepção de que o presente, por mais venturoso, nunca é suficiente; que o bom momento, menos que alvissareiro, é mau conselheiro. Uma recusa ao ufanismo e à arrogância; a precaução contra miragens e ilusões baseada no diagnóstico sincero, realista, bem feito. Cruel consigo mesmo se necessário.

“Haverá sempre liberdade de escolha, porém a disposição em dar preferência a certos meios em detrimento de

outros precisa ser questionada incessantemente. Ao agir de uma determinada maneira, o agente assume o hábito e pode tornar-se escravo de seu hábito, abrindo mão de agir de modo diverso do que escolheu (por hábito), perde a virtude da liberdade e até da deliberação. Mas, uma vez, não há comodismo ou conciliação. É necessário agir; mas agir corretamente. (...) Trata-se de sermos, ao mesmo tempo, seguros e desconfiados de nós mesmos, ousados e prudentes. Trata-se de não habituar-se ao conforto das fórmulas passadas. Mas, tampouco essa virtude reside na ousadia gratuita. Entre a conservação e a mudança, tudo é possível; lhe dirão as circunstâncias”. (MELO, 2012: 25)

Para Aristóteles, comodismo e condicionamento a modelos e circunstâncias são verdadeiros vícios — vícios são a negação da virtude. Não há bom momento, custos políticos, valores, ideologias ou cultura que possam impedir o líder de fazer o que deve ser feito. Essa capacidade de ação, aliada à visão de longo prazo — na percepção de resultados — é característica da liderança; recusar a popularidade fácil e momentânea, resistir ao apelo de grupos e a adulação de beneficiados é (ou deveria ser) mister da atividade.

“O homem vicioso não pode agir senão viciosamente, mas ele é igualmente causa para si mesmo da aquisição do caráter moral perverso e, nessa medida, ele é responsável pelo que faz” (ARISTÓTELES, 2008: 28).

Essa disposição é definida pelas circunstâncias, que o líder sabe compreender; sua leitura dura e fiel da realidade é também característica de sua liderança. A possibilidade, embora não a obrigação, de agir de modo diverso do que o hábito lhe conferiria.

“Nessa acomodação, criticada por Aristóteles, talvez esteja a origem de toda decadência das lideranças. O lobo que perde o pelo, mas que não perde o hábito, descobre, por fim, que de nada lhe valeu o hábito. Rever a própria disposição seria também uma forma de virtude”. (MELO, 2012: 27).

Mas, a liderança, com efeito, não está apenas na capacidade e nas virtudes daqueles que se fazem seguir. Parece se tratar de uma combinação com elementos de aceitação e adesão dos liderados, daqueles que aceitam, por algum motivo, a imposição ou a influência do líder. Nesse sentido, é natural que se recorra a Max Weber e a seus tipo de dominação legítima.

Dos tipos de dominação, nem todos se adequam ao líder. A “dominação burocrático-legal”, por exemplo, pode muito bem expressar o Poder de quem detém meios concretos para isso, como por exemplo o “estatuto” ou a “força”. É o poder dos meios, aceitos racional e legitimamente, na acepção weberiana, mas sem qualquer sedução. O líder burocrático-

legal jamais carecerá da capacidade de comunicação ou da arte da persuasão; dado o estatuto, a regra, a norma, isto lhe é dispensável. Sequer precisará articular interesses ou mediar conflitos. No limite, o estatuto, a regra, lhe permitem a força e, assim, lhe confere o direito. A obediência emana, antes de tudo, do liderado que se conforma com o status quo; pouco ou nada cabe a esse tipo de líder; talvez sobre-lhe apenas o reconhecimento e o reconhecimento por suas habilidades técnicas. Há mesmo dúvidas se seria correto chamá-lo, de todo modo, líder - ainda que com o qualificativo “burocrático-legal”.

Igualmente, a “dominação patriarcal” emana mais que tudo dos valores e das crenças do indivíduo que a ela se submete. O patriarca ou o líder religioso tem a seu favor a tradição, o peso da pressão social sobre os que a ele se submetem, os “liderados” — se é que se lhes pode chamar assim, ao invés de “fiéis”. A esse tipo de Poder, quase nada cabe ao “líder” a não ser seguir e fazer valer o hábito e a tradição; do mesmo modo que o burocrata, em regra, não detém e nem carece de virtudes especiais além dos requisitos que lhe são facultados pela comunidade ou pela religião.

Já no caso da “dominação carismática”, a relação parece ser compartilhada de um

modo especial: há algo além da razão, da regra, dos valores, do estatuto, da tradição; com elementos que emanam do próprio indivíduo coexistem ingredientes como “projetos”, “utopias”, “ideologias”, “habilidades” na condução de processos; “sabedoria”, “sagacidade” e “experiência” que estão, antes de tudo, no líder e nada há de técnica nisso. É possível até que se trate de habilidades inatas, como um ator que decora seu papel, mas ao mesmo tempo retira de dentro de si o vigor e a aura do personagem.

A sedução e outras qualidades de caráter, por exemplo, classificam-se aí e emanam, antes de tudo, do líder de modo a atingir e capturar a concordância e o respeito do liderado. É evidente que o liderado lhe confere Poder, mas é um poder de outra natureza, uma adesão de outra qualidade.

Mas, também, é óbvio que isto pode implicar numa série de riscos, na efetivação de cesarismos, como, aliás, Max Weber não deixou de ressaltar e alertar (WEBER, 1980).

Naturalmente, não existem “tipos puros” concretos, como também assinalava Weber; são constructos ideal-típicos apenas. E é possível que as três categorias possam coexistir em alguns indivíduos. Mas, é importante enfatizar que tanto o burocrata

quanto o patriarca podem conviver sem o carisma; batam-lhes o estatuto e a tradição. Já o líder político, em seu mais alto grau, pode possuir e se beneficiar de aspectos burocráticos e religiosos, mas jamais será um líder de facto, no sentido político, sem alguma dose de carisma. Poderá ser naturalmente obedecido, mas não se fará seguir por si só. Esta é a natureza de sua liderança e a diferença que o distingue dos demais.

No Brasil atual, indivíduos assim não são encontrados; será que atingimos tamanha maturidade institucional para dispensá-los? Parece evidente que não, até porque as próprias instituições carecem, de tempos em tempos, de líderes capazes de transformá-las, adaptá-las a novos tempos e promover seu aperfeiçoamento. Além disso, o líder não brota sozinho, faz parte de um contexto e, não raro, aparece em períodos onde há alto nível de qualidade política seja entre seus aliados, seja entre seus adversários. É um tanto arriscado afirmar isto — a afirmação demandará muito mais pesquisa —, mas como mero insight dir-se-ia que o líder surge no rico contexto de fatos históricos excepcionais e no despertar de uma geração em que, em razão do momento histórico, pariu a mais líderes do que havia antes ou haverá depois.

O pós-1945 parece ter sido assim em todo mundo; o conflito mundial despertou e fez emergir interesse pela política e novas lideranças. Seja no Brasil ou no mundo, se perceberá esta como uma interessante fase de surgimento de lideranças.

O certo é que, pelo menos em atividade nos poderes Executivo e Legislativo, agindo no interior e por meio de partidos políticos ou, até, nos movimentos sociais, essa figura desapareceu do cotidiano nacional. Se é que ainda existem, pouquíssimas lideranças parecem possuir e merecer esse status. Há uma crise inegável, o que torna ainda mais perigosa a atual conjuntura de crise política. Pois, na crise, é a liderança o elemento mais capaz de encontrar saídas.

LIDERANÇA DECLINANTE: O PRESENTE COMPARADO AO PASSADO

Mas, nem sempre foi assim. O Brasil possui uma extensa galeria de líderes políticos, sim, que, ao longo da história, tiveram decisiva atuação. Citando a esmo e de memória apenas alguns deles — os mais relevantes, possivelmente “enquadráveis” no conceito de “Liderança Política” que se quer construir : da independência, com D. Pedro I a José Bonifácio, passando pelo segundo reinado; da abolição da escravatura à proclamação da República e à Primeira

República são vários os nomes: advogados, jornalistas, latifundiários, não importa. Menciona-se apenas os mais evidentes que formularam políticas e estratégias, negociaram, conciliaram, criaram consensos ou enfrentaram conflitos, sempre conduzindo importantes processos que levaram à transformação.

Nomes que, enfim, tiveram atuação pública e que se notabilizaram por virtudes essencialmente políticas. Basta procurar e se irá encontrar um vasto contingente de personalidades que marcaram, com suas figuras, o tempo em que viveram: demonstrando autoridade, uns (D. Pedro I e D. Pedro II); capacidade de articulação, outros (José Bonifácio de Andrade); disposição e coragem para compreender, aceitar e propor mudanças (Joaquim Nabuco); elaboradores e ideólogos (Ruy Barbosa, Júlio de Castilhos); chefes locais incontestes (Borges de Medeiros). Há incontáveis exemplos de grandes tribunos e de enorme capacidade de comunicação.

Na chamada Segunda República, que se inicia com a Revolução liderada por Getúlio Vargas (1930), a galeria de líderes é enorme mesmo sob, na maior parte do tempo, um regime autoritário. Engana-se quem acredita que num regime autoritário não se faz política; faz-se política o tempo todo e de

um modo mais visceral e vital que em momentos de liberdade; as lideranças são menos evidentes e discretas, poucas têm visibilidade, mas elas existem.

De modo que, entre 1930 e 1945, surgiram, além de Vargas, personagens como Juarez Távora, João Neves da Fontoura, Milton Campos, Plínio Salgado, Virgílio de Melo Franco, Benedito Valadares, Adhemar de Barros, Luiz Carlos Prestes e Carlos Marighela - para citar poucos e exclusivamente civis (à exceção de Prestes).

Na fase de democratização (1946-1964), a lista não é menos extensa. Fiquemos no essencial: o Vargas democrático, Juscelino Kubistchek, Carlos Lacerda, Jânio Quadros, José Aparecido de Oliveira, Tancredo Neves, João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Magalhães Pinto, Francisco Julião, José Serra, Darcy Ribeiro, Almino Afonso, Mário Covas, Rubens Paiva... Na esteira do Golpe de 1964, no apoio e na reação a ele (1964-1985): os mesmos Lacerda, Tancredo, Juscelino e Brizola que haviam surgido em períodos anteriores; Jarbas Passarinho, Herbert Levy, Golbery do Couto e Silva, Armando Falcão, Petrônio Portela, José Sarney, Antônio Carlos Magalhães (ACM), Paulo Maluf, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Thales Ramalho, Alencar Furtado, Paulo Brossard, Jair Soares, Pedro Simon, D.

Helder Câmara, D. Paulo Evaristo Arns, D. Eugênio Sales; os jovens (inúmeros): Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos; já no processo de abertura política: Nelson Markezan, Marco Maciel, Espiridião Amin, Jorge Bornhausen, Marcos Freire, Fernando Lira, Orestes Quécia, Nelson Carneiro, Severo Gomes, Teotônio Vilela, Miro Teixeira, Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva e inúmeros de seus companheiros de sindicalismo.

Durante a redemocratização (1985-1998), vários dos nomes mencionados em períodos anteriores continuam presentes, como por exemplo: Ulysses, Sarney, Fernando Lira, Brossard, Serra, Covas, Simon, Quécia, Maluf, Bornhausen, ACM, Brizola, Arraes, Miro Teixeira, Dirceu, Palmeira, Lula e FHC; acrescentados a Nelson Jobim, José Genoíno, Olívio Dutra, Luiz Gushiken, José Lourenço, Roberto Cardozo Alves, Saulo Ramos, Márcio Thomaz Bastos, Fernando Collor de Mello, Ibsen Pinheiro, Luís Carlos Santos, Luiza Erundina, Sérgio Motta, Luís Eduardo Magalhães, Euclides Scalco, José Richa, Tasso Jereissatti, José Aníbal, Inocêncio de Oliveira, Wellington Moreira Franco, entre outros.

Os nomes acima mencionados não encerram a questão e é muito provável que haja aqui,

muitas, dezenas de omissões — como também a injusta inclusão de um ou outro nome. Todavia, todos os listados tiveram importância na representação de interesses, na expressão de conflitos, na articulação de acordos, na construção de consensos; pelos menos um dos elementos básicos da Liderança — Mediedade, Disposição e Carisma —; expressam algum tipo de excepcionalidade e há algum legado em sua atuação, se não concreto, intangível pela influência e habilidade que possuíam, como parecem ser os casos de Golbery do Couto e Silva e Thales Ramalho — pouco conhecidos de público, mas fundamentais para o processo de distensão política, no governo do General Ernesto Geisel — ele mesmo um tipo muito interessante a se considerar, ainda que militar.

Em função disto, ocuparam cargos de relevância em ministérios, governos estaduais, e até mesmo a presidência da República. Na maioria dos casos, compuseram o que um dia foi chamado, no Congresso Nacional, de “alto clero”: vozes relevantes, influentes, necessariamente ouvidas em todos os momentos. Tinham espaço de mídia, sabiam os limites da ação e o ponto possível e necessário de conflito — sem promover rupturas —; especialistas na arte da política, pode-se dizer que detinham as virtudes elementares descritas por

Aristóteles, conhecendo o “ponto” da ação sem que se negassem, à mudança, quando necessário ou inevitável. Percebiam o momento da mudança. De um modo mais ou menos acentuado, a quase totalidade desses personagens possuíam, em algum grau, doses de carisma, quando não emanavam se não a sedução e a admiração por suas qualidades, pelo menos o indefectível respeito.

Pensando na possibilidade de construir, ao longo do tempo, uma tipologia da liderança política, no mesmo artigo de 2012, foi sugerido um esboço de taxonomia, definindo, assim, três tipos de “Liderança Política”: 1) “**líder de massas**”; 2) o “**líder político**” (strictu sensu) e, 3) o “**líder político de massas**” (MELO, 2012: 28-29).

Numa exemplificação muito rápida e apenas demonstrativa, pode-se dizer que Luiz Inácio Lula da Silva seja, com efeito, um líder de massas; Fernando Henrique Cardoso e Ulysses Guimarães, líderes políticos; Getúlio Vargas, um líder político que, com o tempo, se fez um líder político de massas.

Nos últimos dez anos, essas qualidades vêm escasseando ao ponto de praticamente desaparecer do cenário nacional. A crise que vivemos não é por acaso: à falta de liderança, semeou-se os raios com que se

colhe aquilo que o cientista político Marcus André Melo chamou de “tempestade perfeita” (MELO, 2015). Naturalmente, com o tempo, muitos dos quadros políticos citados envelheceram e/ou morreram; outros foram atingidos por escândalos, o que igualmente retirou-lhes da cena política. Uns poucos simplesmente perderam o viço e as qualidades que um dia tiveram ou fizeram acreditar que teriam. E assim, a respeito de nossos dias, o historiador do futuro, parafraseando Weber de 1918, bem que poderá dizer:

“O que faltava era a direção do Estado por um político – não um gênio político, o que se espera ocorra uma vez em alguns séculos, nem mesmo por um grande talento político, mas simplesmente por um político.” (Weber, 1980: 28)

Levantaremos e discutiremos algumas hipóteses explicativas mais adiante, mas já se pode afirmar que o fato é que o Brasil, desafortunadamente, não teve reposição de quadros e lideranças políticas à altura, na qualidade dos personagens do passado e dos desafios do presente. Tem-se um vazio relativo, talvez, absoluto. E há até mesmo sombras de tragédia nisso tudo, pois é verdade, sim, que nos últimos anos despontaram jovens promissores; poucos, mas promissores assim reconhecidos pela quase totalidade de seus pares e até mesmo

por seus adversários: Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), Marcelo Déda (PT-SE), Eduardo Campos (PSB-PE), Antônio Palocci (PT-SP) e até mesmo Aécio Neves (PSDB-MG) davam sinais de habilidade e das virtudes que aqui se consideram as virtudes de um líder. Contudo, quis a sorte que não vingassem: os três primeiros morreram, de facto e jovens, abatidos pelo infarto, pelo câncer e pelo desastre de avião. O quarto e o quinto, Palocci e Aécio, tiveram suas carreiras atingidas em virtude de escândalos de corrupção. Preso pela Operação Lava Jato, Palocci está politicamente morto; Aécio, embora resista se utilizando de seu capital relacional na política, tende a não escapar de igual sorte.

Dos tempos de Dilma, restaram ao país nomes como o da própria presidente e de seus auxiliares — Aloízio Mercadante, Tarso Genro, Jaques Wagner, Vicentinho, Fernando Haddad, Fernando Pimentel, José Guimarães, Gleisi Hoffman — ou, num espectro mais amplo, personagens como: Michel Temer, Ciro Gomes, Cid Gomes, Gilberto Kassab, Aécio Neves, Marina Silva, Geraldo Alckmin, Márcio França, Beto Richa, Carlos Santana, Roberto Freire, Agripino Maia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Sérgio Cabral, Renan Calheiros, Eduardo Cunha, Leonardo Picciani. Muitos atingidos por escândalos como a Operação Lava Jato

ou alçados ao poder, após o impeachment. Ou alguns de notoriedade mais recente, despertando como novos atores, de relevância no cenário nacional, como João Doria, Rodrigo Maia, Nelson Marchezan Júnior, Fernando Haddad, Paulo Hartung, Alessandro Molon, entre outros menos expressivos, mas ativos na cena nacional, neste período conturbado sob a presidência de Michel Temer.

A pergunta que cabe é: estes atores poderiam (ou ainda poderão), de fato, vingar como líderes políticos, na história nacional? Para muitos deles, somente o tempo dirá; para outros, o tempo já disse. Objetivamente, no presente momento, a imensa maioria (salvos exceções) não parece à altura dos desafios e das virtudes de líderes como aqui qualificados. Mais: figuras como José Serra, Tasso Jereissatti, Moreira Franco, Inocêncio de Oliveira, Miro Teixeira – todos ainda na rinha – perderam o brilho, a energia ou o espaço e já não se enquadrariam nesse campo, ainda que possuam qualificações pessoais e, eventualmente, esbocem características de líderes políticos. Seguramente, o país passa por um momento de aridez, numa terrível entressafra que trouxe a um vazio de liderança.

Sobram Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, possivelmente as últimas Lideranças Políticas da transição entre o regime militar e a democracia que sobreviveram a ela e que, possivelmente, possam ostentar o status de Liderança Política. Um como um ancião, líder político que deixou de ser ouvido por seu próprio partido mas que tem a atenção de importantes parcelas da sociedade; outro, como líder de massas — hoje, possivelmente, em declínio —, mas ainda capaz de despertar paixões e mobilizar todo um partido e uma base social. O primeiro com seus 86 anos de idade, o segundo rondando os 70 anos, acometido por um câncer que lhe comeu parte das forças e por processos legais que o constroem muito. Ambos ainda se engalfinhando na rinha da política, na intolerância de um país que bloqueou a possibilidade de diálogo.

A crise brasileira recente é menos a crise econômica que a crise política. E é menos a crise política que a crise de lideranças políticas. Houvesse liderança, a política poderia ser resgatada em seu mais alto-nível; a política - envolta de credibilidade, capacidade de comunicação e persuasão, visão de futuro e formulação de projeto - rapidamente reconstruiria as bases da economia; e a economia fortalecida resgataria a própria crença na política. Sem

nada disto, no entanto, todas as crises se alimentam de si mesmas e das demais.

O VAZIO EM TODOS OS CANTOS DA POLÍTICA E O CASO DILMA ROUSSEFF

No início de 2013, a popularidade da presidente Dilma Rousseff era superior a 60% (algo extraordinário quando comparado com os pífios 9% apontados pelo Instituto Datafolha, que a ex-presidente ostentava em junho de 2015 — ou o 6% que o Ibope aponta para Michel Temer em agosto de 2017). No entanto, já era possível perceber a fragilidade da presidente e do seu governo.

“...de um ponto de vista objetivo, até aqui, o governo Dilma realizou pouco; aguarda-se o momento de seu despertar. As incongruências do presente se originam no passado; no processo, estão as chaves explicativas de sua natureza estrutural. É necessário, então, compreender esse processo para que se perceba desafios, impasses e limites do governo em curso. Um processo longo, de transformação do Brasil, que começa lá atrás, nos tempos de Fernando Henrique e Lula; nas escolhas do passado que geram efeitos de longo prazo; ecos que ainda ressoam. Para isto, é necessário superar a cegueira da euforia e se soltar das amarras do preconceito. Veremos que nesta tentativa de explicação, pelo menos como alerta, muito do que se revela vai além do governo e implica num grande problema do país”. (MELO, 2013: 61)

Quase 20 anos antes, um ciclo virtuoso havia se iniciado com a edição do Plano Real e com os governos FHC e Lula, que fizeram com que o Brasil desse significativo salto institucional e passasse a figurar entre os países emergentes que despertavam as expectativas mais positivas entre a comunidade internacional. Contudo, em 2013, a presidente, seu governo e o sistema político já davam sinais de uma série de carências e mesmo do esgotamento desse ciclo. Percebia-se que o país parara de crescer, que a onda de reformas iniciada duas décadas antes terminara, embora a necessidade de levá-las adiante não cessasse. Estava claro que enquanto o país se transformara vertiginosamente — quer fosse nos seus valores, na economia ou na tecnologia — e a sociedade se tornava mais complexa, o sistema político ficara para trás, tornado-se arcaico e aos poucos disfuncional nesse novo contexto.

Alguns analistas discordavam e apontavam a superioridade do chamado presidencialismo de coalizão brasileiro. Afinal, num ciclo iniciado havia quase trinta anos, o sistema consolidara a democracia (governo Sarney), a estabilidade econômica (governos Itamar/FHC) e a inclusão social de amplas camadas da sociedade (governo Lula). Mesmo em bases pouco programáticas e bastante fisiológicas, não importava, o Brasil

caminhava em direção a um destino desde sempre descrito e imaginado como "Grande" pelos seus mais eufóricos propagandistas.

Na verdade, poucos percebiam que, como num jogo de dominó, as peças e as alternativas se esgotavam, embora a partida não terminasse. O sistema funcionava à base da distribuição de cargos e recursos públicos – normalmente legais, mas que poderiam degenerar, ainda que não necessariamente, em esquemas de corrupção. O fato é que esses recursos legítimos tendem a se esgotar diante da voracidade do sistema que, em competição com vários atores (simultaneamente, aliados e adversários), exige participação e dividendos crescentes. Ao final, como na lógica do dominó, chega-se a uma espécie de “fecha natural”.

“Em casos de primeiro mandato, com alternância de poder, o novo presidente da República tem à sua disposição milhares de cargos para compor o governo e formar maioria. Independente da agenda, atrai todo o adesismo nacional. Fala-se até em lua-de-mel entre governo e Congresso. Com o tempo, os acordos perdem validade e a cada novo projeto, se exigirá nova negociação; a cada crise, a base se agita, quer mais. Com a reeleição isto se agrava: para garantir a continuidade do apoio, mas também aumentar tempo de TV, a capilaridade partidária e palanques na campanha, o Executivo cede as jóias da coroa que antes negava: diretorias de estatais,

autarquias, fundos de pensão; cria novos ministérios. Sua competitividade eleitoral cresce deveras e a reeleição é mais ou menos “favas contatas” diante da exuberância de recursos de que dispõe. A fonte não se esgota, mas a sede permanece grande. Na sucessão, após a reeleição – a terceira eleição, como foi o caso de Dilma - essa negociação é ainda mais complexa: quem já foi atendido quer mais; novos aliados exigem também a sua parte. A demanda cresce mais rápido que a oferta de espaço; por parte do Executivo, os acordos não podem ser cumpridos. Uma guerra de dossiês e denúncias se desenvolve, na base. No primeiro ano de mandato de Dilma, esta dinâmica foi a responsável pela queda de seis ministros. A imprensa a chamou de “faxina” – faxina é uma determinação espontânea de fazer limpeza. Aqui, no entanto, os problemas são contingentes: vasos se quebram e é necessário juntar os estilhaços. Mas, como reposição, os partidos tendem a indicar peças feitas do mesmo barro. A grande base é uma ilusão numérica, politicamente frágil. Além da diversidade e da fragmentação de um grupo tão vasto, a voracidade fisiológica canibaliza os projetos do governo. Derrotas legislativas tornam-se mais frequentes; as vitórias mais custosas. Votações como o “Código Florestal”, “Royalties de Petróleo” ou a “Lei Geral da Copa” são exemplos de uma dinâmica complicadíssima”. (MELO, 2013: 66)

Dilma, no entanto, não demonstrou a necessária disposição para enfrentar o problema. Antes, preferiu o conforto da alta popularidade de uma economia que ainda crescia na inércia da aceleração dos anos anteriores. Colhia frutos que outros

plantaram, mas omitia que a "horta" do Estado já requeria cuidados, concertos e ajustes indelegáveis.

Há aqui uma característica de sua personalidade: uma autoconfiança mouca, a dificuldade em ouvir em virtude da certeza apenas íntima de estar no caminho adequado; o vício do bom momento, a leitura incorreta das circunstâncias que já haviam mudado e que poucos perceberam, além da cegueira ideológica e da pequenez das convicções que nascem também na vaidade do poder. Tudo que, provavelmente, tende, na verdade, a expressar, isso sim, uma grande insegurança: o medo de mudar, a incapacidade de reconhecer erros e finais de ciclos virtuosos — quando, de fato, foram virtuosos — e a necessidade de mudar.

Claramente, falta aqui a virtude da Disposição, no termos de Aristóteles. O bom momento, mau conselheiro, se afigura como um vício, como uma droga que, apenas ilusoriamente, traz felicidade e que nunca findará. Políticas públicas - sobretudo, as sociais - do período anterior levaram Dilma aos céus - colocada ali pelas mãos de Lula —; aos picos de popularidade que lhe obscureceram as vistas já viciadas pela ideologia, incapazes de questionar certezas que carregava dentro de si, desde sempre.

Ademais, também era escasso o carisma — com seu sucessor, Michel Temer não é diferente —, a falta de atração pessoal, a escassez de sedução e magia; o vazio de comunicação com o outro. Elementos que a política moderna acredita serem substituíveis por um bom programa de marketing, feito por especialistas pagos a peso de ouro. Mas que nem sempre é assim, como a história tem insistido em comprovar, seja no caso de Collor, de Dilma ou mesmo, recentemente, de Michel Temer..

Acrescente-se a isto a irascibilidade da presidente, dada a explosões e surtos de fúria para com auxiliares e até mesmo com a mídia — o que, entre ministros, desperta temor de levarem más notícias à superiora; e entre a mídia anseios de desforra. E, por fim, some-se também a natural adulação de áulicos e palacianos que cercam todo e qualquer poder e, assim, o caminho do erro está desenhado: em momento de ajuste, Dilma recusou-se em mudar rumos e, na insistência de sua indisposição, ultrapassou do “ponto certo”. Pisou fundo no acelerador e deparou-se com o sólido e inevitável muro do futuro.

“A presidente é popular e as políticas sociais são seu cartão de visita. Questões estruturais não têm alcance imediato e, no Brasil, culturalmente, o futuro sempre esteve muito distante. Dada a composição social do

eleitorado, eleitoralmente, o governo acerta em cheio. Mas, só isso não define o estadista”. (MELO, 2013: 67)

A presidente agia como uma técnica, supostamente invulnerável à política, renegava-a dentre outras formas recusando-se em se envolver com parlamentares, afastando-se da sociedade e dos movimentos sociais, dando pouca atenção até mesmo a seu criador, o ex-presidente Lula. Um enganoso sentimento de Poder a tomou: levou a sério o personagem da "gerente", criado pelo marqueteiro durante a campanha eleitoral?

Como já se disse, o controle dos meios proporciona poder. Liderança, no entanto, é algo diferente.

A “técnica” Dilma foi a negação da liderança política. Até porque boa política é a também boa governança tanto quanto a boa governança é resultado da boa política, ao se negar um dos lados, abre-se mão dos dois. Dissociar uma da outra foi um dos erros da sociedade, nos últimos anos que, sob indicação de Lula, escolheu Dilma justamente por não ser “política”, como se isto pudesse ser virtude no mundo da política. Desavisada e inexperiente para a política, nesse nível, Dilma acreditou e se iludiu com isso: agiu como gerente. No entanto, o gestor, sem tino político, é um

técnico frio; um livro-texto inerte sobre a mesa, quando não uma cartilha doutrinária repetindo dogmas, clichês e senso-comum ideológicos, incapaz de ajustar-se ao novo e demonstrar a eficiência adaptativa que o mundo moderno requer.

O político sem parâmetros técnicos é um irresponsável, demagogo aventureiro; mas o técnico sem sensibilidade e habilidades políticas tampouco deixa de ser nocivo e pode, do mesmo modo, se configurar num desastre.

Este, já em princípio de 2013, parecia ser o caminho que a presidente trilhava. Para isto, se cercou de almas-gêmeas; auxiliares que reproduziam as notas musicais que ecoavam na cabeça da chefe. Aos poucos seus subordinados vinculados a Lula – mais críticos e independentes - foram afastados do centro de decisão do governo. E se não foram substituídos por meros técnicos, foram preteridos por personagens que tampouco reafirmam a política: os militantes ideológicos, donos certezas e verdades tanto quanto os técnicos. Este parece ser o caso, da corrente petista Democracia Socialista, a preferida de Dilma neste segundo mandato e de muitos de seus auxiliares mais próximos, a começar por seu super-ministro, Aloizio Mercadante.

Ao contrário do que imagina o senso comum, o político realmente vocacionado para a atividade política pouco ou nada tem de ideológico. É, antes de tudo, um pragmático e se filia apenas na busca de seus resultados pretendidos; pesa consequências da ação tanto quanto da “não-ação”. Pondera e avança quando possível; por isso, negocia, compõe, cede com olhos no futuro e objetivos mais amplos que auto favorecimento, a preservação do mandato ou a simples manutenção do poder pela omissão e pela inação políticas.

Se possuir as características da Liderança Política, tende ao conflito, sim —, quando inevitável e no “ponto certo” -, mas busca o convencimento, a persuasão, a soma e o consenso também.

Pelo menos em tese, possuísse as características da Liderança Política, Dilma não se fecharia. Ao contrário, ampliaria, buscando somar forças para o enfrentamento e a reforma de um sistema político que, já em 2011, se liquidava a olhos vistos, no colapso do presidencialismo de coalizão. Não apenas como retórica – como de fato o fez a partir das primeiras manifestações de junho de 2013, quando, por sinais descontraídos sugeriu na mesma semana, a reforma política por meio da convocação de uma

Constituinte Exclusiva, de um plebiscito ou de um referendo, até calar-se e não mais tocar no assunto.

Ao mesmo tempo, buscaria ouvir contrários retirando deles o sumo das críticas que poderiam reconstruir os destinos de seu governo. Abraham Lincoln, dizia-se a seu respeito, preferia governar com adversários – seus e adversários entre si. Não por conta do epíteto “divide e governa”, mas principalmente para ter acesso às críticas, de modo a pesá-las, compreende-las, assimilar e até adotá-las. Não foi o caso Rouseff, que, ao contrário, aprofundou não o debate, mas tão somente o conflito. Estimulou escaramuças sem sentido, como forma de fugir das críticas, atribuindo à oposição “o despeito e a inveja” – a desqualificação da crítica é sempre o mais curto e pior caminho. Não lhe pareceu, a tempo, considerar a possibilidade de antíteses capazes de construir sínteses, tão importantes quanto necessárias.

A postura que adotou durante o processo de sua reeleição, sob aspectos políticos e não só eleitorais, comportou riscos muito altos. Aconselhada pelo Marketing – e pelo princípio de que “em política o feio é perder”-, Dilma arriscou uma espécie de “tudo ou nada”: desqualificou adversários de modo virulento, aproveitando-se do

medo e da ingenuidade populares certamente detectada pelas pesquisas qualitativas; aprofundou a divisão do país por meio de maniqueísmos tipo “nós contra eles”, sem se preocupar, depois de eleita, em retomar a interlocução obstruída pelo pesado jogo eleitoral. Dilma, ao que tudo indica, não se preocupou com o dia seguinte e mesmo depois de eleita e reempossada para novo mandato adotou postura imperial ao acreditar que não precisaria aprender e nem se curvar às artimanhas da política: sequer citou o nome de adversários em seus discursos de vitória e pose; não se preocupou em nomear, com brevidade, seu estratégico ministro da Fazenda (Joaquim Levy), posto que o anterior (Guido Mantega) fora praticamente demitido durante a campanha. Quem acompanhou com atenção os primeiros meses de seu segundo mandato foi capaz de avaliar e pesar o festival de erros cometidos e, antever, o final que se delineava.

E o pior, para o país, é que no campo da oposição a realidade não foi diferente. Representada pelo PSDB, a oposição aceitou o jogo e do mesmo modo despolitizado e sem liderança — que mereça este status — reproduziu e ainda reproduz, com sinal contrário, os erros de Dilma. Também a oposição confinou-se a guetos e a ciclos fechados, sem diálogo e sem construção de

sínteses. José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves, cada um ao seu tempo e ao seu modo e estilos, reproduziram o modelo de Dilma, afastando-se das virtudes políticas mais básicas e essenciais; isto tudo acrescido a enorme ausência de carisma que identifica a todos eles: Dilma, Serra, Alckmin e Aécio; e mesmo os, então, novos detentores de meios políticos que alçavam-se ao centro da cena, como Renan Calheiros e Eduardo Cunha, perceberam os erros. Eram, igualmente, não-líderes.

Nos primeiros meses do segundo mandato de Dilma, seu esforço para desconstruir Dilma e o governo implicou, por fim, na carbonização da própria imagem da oposição, negando o passado e omitindo-se ao futuro. Seus “líderes” no Congresso praticaram erros tão primários e constrangedores quanto os de Dilma: votaram contra o fator previdenciário, pelo fim da reeleição, pela redução da maioria penal, políticas levadas a cabo pelo governo de FHC. Entregarem-se à uma pauta conservadora que jamais identificou os tucanos, foram mostras de quanto a oposição, assim como o governo, o PT e Dilma, careceram de direção e, mais que isto, de Liderança Política.

E tudo, como na peça de Shakespeare, com significado uma balbúrdia “cheia de som e

fúria, significando nada”, que levou o país ao governo de Michel Temer, resultando em novas e realimentadas crises, cada vez mais profundas, mais cortantes e menos capazes de apresentar saídas. Sem lideranças para buscar e encontrar caminhos, não há saídas.

Mas, afinal, porque isso tudo aconteceu?

HIPÓTESES CAUSAIS (E PRELIMINARES) PARA A CRISE DE LIDERANÇA BRASILEIRA

Mais uma vez, é necessário enfatizar que o fenômeno ausência, escassez ou fragilidade da Liderança Política não parece exclusivo do Brasil. Quem olha para Europa, Estados Unidos e outros países da América Latina percebe que, pelo menos em parte, os problemas se assemelham. Há causas vinculadas a processos de mudanças estruturais, no planeta. Mas, há também causas internas.

Sem a menor pretensão de esgotar o assunto, parece conveniente listar algumas dessas causas – externas e internas -, de modo estimular o debate e o aprofundamento da pesquisa em torno delas.

DUAS CAUSAS INTERNACIONAIS

Naturalmente, nos últimos 40 anos o mundo passou por uma série de transformações. Mas, talvez, nenhuma tenha sido tão decisiva quanto as que decorreram do colapso do Welfare State. Como se sabe, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), vários países centrais perceberam e realçaram a importância do Estado e da adoção de políticas públicas de distribuição de renda para a construção do bem-estar de suas populações e, desse modo, também para a contenção do avanço dos regimes socialistas, pró-União Soviética (JUDT, 2007). Todavia, isto implicou, ao longo do tempo, no colapso fiscal desses estados e na retração do investimento privado em novas tecnologias e no desenvolvimento econômicos dos diversos países. Em princípios dos anos 1970, vários estados centrais viviam profundas crises econômicas como decorrência daquele modelo de bem-estar que, então, mostrava-se insustentável.

É nesse momento que vêm (ou voltam) à cena uma miríade de pensadores e economistas que propõem a drástica diminuição da participação do Estado na economia, ao mesmo tempo em que se alargam os limites da iniciativa privada como promotor, por excelência, do desenvolvimento econômico e, supostamente, em decorrência disto, do desenvolvimento social.

Muitos personagens desse processo poderiam ser mencionados, mas as duas Lideranças Políticas – e estas merecem, de fato, o status - mais importantes desse período são Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, primeira-ministra da Inglaterra. Foi Thatcher, mais que qualquer outro, quem assumiu papel de protagonismo na propaganda do novo liberalismo. Sua frase “esse negócio de sociedade não existe, o que existe são os indivíduos e suas famílias” é marcante, pois estabelece uma nova referência política e comportamental no planeta a partir de então.

Ora, se a sociedade não existe e o que persiste são os indivíduos e suas famílias, o Estado é mesmo desnecessário, ou pouco necessário. E assim sendo, a política, seu instrumento, torna-se obsoleta. A política, afinal, só existe em contextos de interação. Que política esperar de indivíduos que, conscientemente, negam-se a interagir?

Não se trata aqui de discutir os postulados e a precisão da frase de Thatcher; com efeito, surgiu daí um processo de vigoroso crescimento econômico mundial. Mas, o fato concreto é que essa mentalidade demarcou toda uma época. O individualismo se sobrepôs ao coletivo; a economia, novo denominador comum de então, se impôs e

atropelou a política. De modo que a política perdeu importância na escala de valores e nas opções dos indivíduos. Ao longo do tempo, a juventude passou a trocar o parlamento, o Estado, a sociedade pela empresa; pelos cargos executivos, pelos altos salários. Entrou em declínio o homem público (SENNETT, 1999). Aos olhos da maioria, a atividade política perdeu charme, status e importância, passou a ser renegada. Houve uma espécie de “seleção adversa” na oferta e no recrutamento da atividade. Em alguns anos, o vazio passou a ser sentido e essa ausência tem custado caro para toda a sociedade que demonstra, em sua fúria, existir, sim.

Em paralelo, outros processos se desenvolveram em âmbito internacional, como também no Brasil. Deu-se aquilo que Moisés Naim chamou de “as revoluções do Mais, da Mobilidade e da Mentalidade” (NAIM, 2013). Na verdade, isto tudo levou ao colapso da própria noção de Poder, o que, evidentemente, afeta a Liderança Política exigindo novas práticas, impondo também aí a sua reinvenção; inovações difíceis de se encontrar e que requerem tempo e processos de consolidação.

É possível que “as revoluções do Mais, da Mobilidade e da Mentalidade” sejam fruto do processo despertado pelo neoliberalismo

dos anos 1970-1980. Mais livre e alavancado, o capital pôde empreender nos vários campos da ciência e da tecnologia, despertando essa nova energia cibernética que produziu mais, mais rápido e diferente. De qualquer modo, o fato é que a sociedade se transformou: os aglomerados humanos são maiores em extensão e população como em nenhum outro tempo; há maior possibilidade de locomoção e não há prisões antigas a único lugar, a um emprego, a uma única família; tudo isso já quase não existe. Isto faz com que os indivíduos pensem e se relacionem de um modo diferente entre si e com a política; que se conectem em rede e sem hierarquias, onde sempre habitaram os líderes convencionais.

É claro que isto vai exigir dos candidatos à Lideranças Políticas outro tipo de postura: mais abrangente, mas rápida, de valores novos. Também parece possível – e isto já é perceptível - que ao mesmo tempo surjam lideranças regressivas que professem a volta de velhas crenças, de antigos valores ao centro do palco político, como é o caso dos Estados Unidos de Donald Trump, de vários países da Europa e do Brasil, de 2017 às vésperas de uma nova eleição presidencial.

De qualquer forma, mesmo nesse estranho – novo e velho - mundo, as virtudes do líder não são dispensáveis. A questão é como

retê-las, assumindo novos desenhos institucionais e novos padrões comportamentais.

CAUSAS DOMÉSTICAS

Estas questões tiveram influência também no Brasil, pois no país as tais “revoluções” definidas por Naim também ocorreram e fizeram com que a relação da sociedade com a política se modificasse ao longo do tempo. É uma sociedade de massas, tentando consolidar uma prática democrática de longo prazo; novos setores foram acrescentados à vida política e não é mais possível que apenas as elites conduzam os processos de decisão. Além disso, o processo tecnológico se espalhou de modo vertiginoso por todo o país: cada vez mais, mais e mais pessoas estão conectadas e têm acesso à informação por várias e diversas fontes e canais. O curral eleitoral e o voto de cabresto já não são tão simples, ainda que se possa notar pelas estatísticas o quanto o voto tem se regionalizado ao longo dos anos.

Somados a essas questões mais gerais e externas, estão também fenômenos domésticos. Há distorções no sistema eleitoral que pouco estimulam o arejamento do ambiente político. Ainda que os índices de renovação dos parlamentos sejam

relativamente elevados, a substituição se dá basicamente dentro dos mesmos grupos e, pior, com a mesma mentalidade. Ademais, o presidencialismo de coalizão, fundado no fisiologismo, resume-se na maioria das vezes no arrendamento do Legislativo pelo Executivo que, com a distribuição de cargos e recursos, praticamente limita-se a alugar consciências e comprar votos de acordo e consoantes com os interesses dos governos – em todos os níveis: Federal, Estadual e Municipal.

Isto, é claro, inibe a grande política. A presença do grande orador, capaz de arrebatrar espíritos e promover mudanças de cultura torna-se desnecessária — mesmo inconveniente e maçante —, no jogo de cartas marcadas em que se transformam as votações do mercado de interesses parlamentar. Para que debater? Interesses fragmentados numa infinidade de grupos e ou individualidades voltadas para si mesmas estão poucos dispostos ao contraditório; tudo tende a se resumir a uma relação de força. Desse modo, como formular, defender e articular projetos programáticos mais amplos e visões de mundo diferentes do comum, num ambiente pouco propício ao debate e ao diálogo, num jogo em que os dados estão viciados?

Outra causa fundamental reside na importância dada ao marketing, ao longo das três últimas décadas. A televisão assumiu centralidade na vida das pessoas e tornou-se o canal quase que exclusivo entre o cidadão e a política. Como não há praça, não há ágora que abrigue a todos, é pela televisão que a política vai se manifestar e, mais modernamente, pelas redes sociais que despertam e ao mesmo tempo sufocam o debate ao atropelarem o diálogo desarmado e respeitoso.

Nada disso chega ao indivíduo de uma forma pura: conflitos, debates, diálogos e a tentativa, pelo menos, de construção de consensos; tudo transmuta-se em sensacionalismo e propaganda. Sensacionalismo editorial, de noticiários e noticiosos, e propaganda dos partidos – que correspondem, em alto grau, ao sensacionalismo — propagando de grupos, viciados pelos efeitos dos algoritmos de redes sociais, como o Facebook.

De tal forma que o marqueteiro passou a assumir o papel de estrategista de partidos e candidaturas. É o marketing e não mais o programa e o debate o elemento fundamental da política. Ao longo do tempo, profissionais desse ramo assumiram status de pop stars: Duda Mendonça e João Santana são apenas os mais notórios, mas

há vários outros. O certo é que não há mais a disposição para a persuasão de eleitores, muito menos para a defesa de princípios e visões de mundo; tudo acaba por se resumir “ao que dizem as pesquisas”. O marqueteiro recolhe a opinião do eleitor, a processa como um discurso eleitoral, apenas pretensamente político, e o devolve ao eleitor como se fosse original, da lavra do candidato. Isto, além de tornar o debate superficial, calcado no senso comum, avilta a Liderança Política, que não mais dirige, apenas representa não como um preposto, mas como um ator canastrão cheio de truques manjados pela crítica.

Nesse sentido, um dos aspectos mais nocivos para a política em geral e para a liderança em particular nasceu das pesquisas de opinião: o gerentismo e a elevação do técnico, mais recentemente nominado como "gestor". Aparentado à repulsa pela política e à opção preferencial pela empresa, surgiu a concepção que é apenas no mundo da gestão que os conflitos se resolvem ou podem se resolver. Bastaria que o Estado fosse governado a partir da racionalidade econômica e do conhecimento técnico da boa gestão para que o cidadão fosse bem atendido pelos serviços públicos; é a lógica do consumidor adaptada ao mundo da política.

Não é bem assim, como se sabe: a racionalidade econômica e a racionalidade política, às vezes, se conflitam. Todavia, presente no universo imaginário e no inconsciente político do eleitor, esse peixe foi rapidamente fogado pelo marketing político que o transformou num enlatado de ocasião. E foi desse processo que “choques de gestão” e “perfis técnicos” se transformaram em ideias-força vendidas nos horários eleitorais, oferecidas nos discursos de palanque e comercializáveis durante as eleições. Isto tem, é claro, pervertido a lógica da política programática, mais voltada a atender interesses e a arbitrar conflitos que não podem ser medidos pelas réguas da gestão. Na política, os resultados esperados não são de natureza financeira – como numa empresa –, mas de crescente capitalização de poder; poder capaz de promover ou impedir mudanças; capaz de promover ou obstruir o desenvolvimento social e o aprimoramento institucional.

Perde-se importantes e naturais elementos do processo político, como o projeto de futuro, a utopia, a garantia de liberdade, a busca pela igualdade; despreza-se as diferenças entre grupos, numa sociedade desigual como se todos fossem iguais e partissem dos mesmos pontos e condições econômicas, dos mesmos valores e das mesmas carências. Mais uma vez, por

paradoxal que pareça, pensando em unificar e homogeneizar – consumidores do mesmo mercado -, despreza-se as diferenças; represa-se as reivindicações e se produz, por fim, um conflito de dimensões ainda maiores.

Resultados políticos de maior alcance são frustrados; não se muda valores e nem culturas. Tudo passa a se resumir ao jogo eleitoral. É a elevação do candidato em detrimento da Liderança. A eleição, passa, então, a ter valor absoluto – não mais a mudança -, renuncia-se à “disposição” Aristotélica; claro que a “mediedade” é esquecida; perde-se de vista o “ponto certo”. E mesmo o carisma pode se resumir apenas a uma boa produção de estúdio.

Ao mesmo tempo em que as promessas desse “candidato técnico” não podem ser realizadas, a luta por recursos, esquemas e financiamentos atingem o ápice. Escândalos explodem e à política resta apenas a má fama. Só mesmo uns poucos – de mais estômago ou maior tolerância – é que admitem se envolver com ela; a seleção fica restrita a uma oferta limitada; diminuem as possibilidades de elevar a qualidade. Está posto o problema: a crise de Liderança; a liderança feita por seleção adversa.

Por fim, a polarização entre PT e PSDB levou ao paroxismo do enfraquecimento da liderança: os dois partidos – muito semelhantes no discurso e nas políticas socialdemocratas, bastante próximos durante o período da redemocratização – assumiram papéis de antagonistas e se afirmaram nas diferenças que adoravam de realçar entre si; buscaram se fortalecer menos por suas características intrínsecas e programáticas do que pela crítica feroz ao adversário. Estabeleceram-se como pólos no espectro político nacional, e com isso atraíram uma constelação de pequenas legendas, arregimentado setores sociais contraditórios a si próprios que, sem qualquer sentido, desfraldaram a bandeira do “nós” contra “eles”, como torcidas num estádio de futebol. Por fim, sucumbiram a quem melhor operava a todo sistema de cooptação, fisiologismo e corrupção política, as oligarquias do PMDB.

Ainda que competitivos em relação às regras de disputa eleitoral, esses blocos heterogêneos, não guardam identidade, valores comuns, programas. Faltam-lhes líderes capazes de se estabelecer rumos, definir rotas, dizer os caminhos e se fazerem seguir. Contentam-se com coordenadores de interesses, operadores de butins; quando muito com símbolos ou representantes de grupos particularistas ou

mesmo estilos de vida. Mas, normalmente, a estes faltam a verdadeira dimensão da política e o dom da Liderança. O fato é que, no terreno em que se debatem, desprovido de política, não há solo fértil para o desabrochar de novas Lideranças.

CONCLUSÃO

À falta de um conceito mais ou menos preciso de Liderança Política, perde-se o critério no uso deste termo, vulgariza-se a expressão e avilta-se o seu mais alto sentido. Confunde-se Liderança com Poder e até mesmo Liderança com experiências públicas. Isto não basta. Definir o conceito de Liderança Política pode mesmo ajudar não apenas a compreendê-la, mas também a reforçá-la. É, portanto, tarefa urgente.

O Brasil passa por uma crise de Liderança Política séria e talvez sem precedentes. Nem sempre foi assim, o país já contou com líderes de primeira grandeza. Mas, esta crise, a presente crise de Liderança Política, tem se tornado no principal entrave e, possivelmente, no motivo para a crise política porque passa o país, capaz de gerar crises econômicas e um enorme e triste retrocesso social e, talvez, democrático. O país não sairá de seu labirinto sem a consciência da necessidade de retomar a política e a partir daí apostar na formação e

consolidação de novas Lideranças Políticas, capazes de promover reformas.

Dilma Rousseff, seus aliados e até mesmo seus antagonistas foram e ainda são, ao mesmo tempo, responsáveis e vítimas deste processo; a precária qualidade de sua atuação aprofunda a crise, mas eles mesmos são resultados da dinâmica que se estabeleceu ao longo do tempo, cujas causas não são apenas nacionais e nem estão sob seu controle.

A saída disto não se dará sem reflexão e esforço de compreensão; é também papel da intelectualidade em geral e das ciências sociais, em particular; pesquisar, compreender e refletir sobre este processo é parte do desafio mais geral da sociedade e da política. Contribuir para encontrar saídas, em processos de superação.

Este trabalho, preliminar e inconclusivo, pretende ser uma humilde contribuição nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Tratado da Virtude Moral; Ética Nicomachea I 13 –III 8 -Tradução, notas e comentários de Marco Zingano –3ª Edição –São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945 (trad.). Rio de Janeiro. Objetiva, 2008.

LASSWELL, Harold et KAPLAN, Abraham. Poder e sociedade, Brasília: UnB, 1979

MELO, Carlos. “Notas e reflexões sobre “Liderança Política”: contribuição para delimitação de um campo de estudo”, in Aurora: revista de arte, mídia e política. Neamp (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP). São Paulo, V.5 , n. 14. Pgs, 11-30, jun-set, 2012.

(<http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/9808/7531>)

MELO, Carlos. “Dilma: do desafio histórico à tecnocracia”. Revista Interesse Nacional. São Paulo. Ano 6, n. 21. Abril-Junho 2013.

<http://interessenacional.uol.com.br/site/wp-content/uploads/2013/05/revista-interesse-nacional-edicao-21.pdf>

MELO, Marcos. “Tempestade perfeita ameaça o governo Dilma, diz acadêmico. Entrevista de Marcos Melo, concedida ao jornal Folha de S. Paulo, em 23.02.2015.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1593286-tempestade-perfeita-ameaca-o-governo-dilma-diz-academico.shtml>

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WEBER, Max. “Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva”. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 4ª. Edição. 2000, 2009 (reimpressão).

WEBER, Max. Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária. In: Os Pensadores. Tradução de Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril, 1980.

WEBER, Max. “A ciência como vocação”. In: WEBER, M. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2008.

CONTATO

Carlos Melo

Cientista Político, pesquisador e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa

Email: carlos.melo@insper.edu.br